
043.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/03/2017- CD	16:40
Publ.: DCD - 23/03/2017 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Esclarecimento da presença do pato inflável, símbolo de protesto, no plenário. Apoiamento do Governo Federal na aprovação do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, cuja matéria é contrária aos direitos dos trabalhadores brasileiros. Posicionamento contrário à aprovação da referida proposição.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, trouxemos aqui hoje o pato devorador de direitos, o pato da FIESP, o pato que está promovendo essa verdadeira destruição das leis do trabalho em nosso País, o pato da FIESP, dos patrões, que está acabando com os direitos dos trabalhadores, que quer promover a terceirização, o aumento do trabalho temporário, o trabalho parcial, a flexibilização de direitos na reforma trabalhista. *(Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Sim, sim, sim! Vamos votar!

O SR. CARLOS ZARATTINI - Srs. Deputados, eu queria falar aqui sobre uma questão importante. O Governo quer votar a qualquer custo esse Projeto de Lei nº 4.302 porque ele é muito mais rigoroso, é muito mais pernicioso aos direitos dos trabalhadores do que o Projeto de Lei nº 4.330, que foi votado nesta Casa há 2 anos.

Todos nós aqui votamos o PL 4.330, um projeto que foi encaminhado ao Senado, onde está sendo discutido na CCJ e pode ser votado a qualquer momento. Mas o Governo quer que os Deputados da base votem num projeto que foi feito em 1998, foi examinado nesta Casa em 1999, foi votado no Senado em 2002. É um projeto do século passado, é um projeto antiquado.

Aí o Governo propõe que os trabalhadores, através de suas centrais sindicais, façam um acordo: aprova-se aqui tudo de ruim que existe no PL 4.302; depois se vota o PL 4.330 no Senado; e aí as centrais sindicais fazem uma proposta de veto sobre o PL 4.330.

A Central Única dos Trabalhadores não aceitou esse acordo. A Central

de Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil - CTB não aceitou esse acordo. Por quê? Porque esse acordo significa negociar os direitos dos trabalhadores, que são inegociáveis!

Nós aqui queremos dizer da nossa oposição radical a esse projeto. (*Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!*)

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, vamos votar!

O SR. CARLOS ZARATTINI - Queremos dizer claramente que nós do PT condenamos essa votação. E queremos dizer aos Srs. Deputados dos partidos da base que essa votação é muito perigosa para os direitos dos trabalhadores. O movimento sindical - digo aos senhores - não vai aceitar isso, porque não vai gerar nenhum emprego. O que gera emprego na economia é aumentar o salário mínimo, o que gera emprego é aumentar as aposentadorias, o que gera emprego é aumentar o crédito para as pequenas e microempresas.

É isso o que gera emprego, não esse projeto que vai, ao contrário, reduzir a renda do trabalhador, o qual vai consumir menos. E, com o trabalhador consumindo menos, vai se gerar mais desemprego em nosso País. Os únicos que vão ganhar vão ser os grandes empresários, que vão ter aumentada a sua taxa de lucro. Esses, sim, serão beneficiados.

Por isso, Srs. Deputados, ponham a mão na consciência. Vamos votar corretamente. Não vamos votar contra o trabalhador aqui nesta Casa, porque votar contra o trabalhador é votar contra o eleitor. E o eleitor, no ano que vem, vai dar o troco

Esse não é um projeto de modernização da economia. Esse é um projeto de retirada de direitos. É por isso que estamos aqui com os patos da FIESP, que, nesse caso, estão devorando o emprego do trabalhador, a jornada de trabalho, a garantia de direitos, a negociação coletiva dos sindicatos.

É preciso que aquilo que o trabalhador conquistou através das suas campanhas salariais seja garantido, seja mantido. Precisamos melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, e não piorar a qualidade de vida, e não deteriorar as condições de trabalho.

Quero dizer às Sras. Deputadas, que tanto lutam pelos direitos das mulheres, que esse projeto vai fazer com que as mulheres sejam ainda mais discriminadas. Quero saber o que vai acontecer quando uma mulher jovem se casar e, recém-casada, provavelmente engravidar. O que vai acontecer? Essa mulher será contratada temporariamente ou

será contratada através de uma empresa terceirizada.

Esse projeto reduz os direitos das mulheres que conquistamos em nosso País. Esse projeto, ao permitir a terceirização, reduz esses direitos que são fundamentais.

Os empresários não aceitam o afastamento da mulher por licença-maternidade. Eles vão ter oportunidade, com esse tipo de jornada parcial, com a contratação temporária e a terceirização, de afastar a mulher jovem do mercado de trabalho - porque a mulher de mais idade já está afastada mesmo, pelo desemprego.

Por isso, temos que impedir que esse projeto seja aprovado. As mulheres do Brasil têm que abrir os olhos para o que está sendo votado aqui. E, mais do que isso, estamos na última votação desse projeto, que vai para a sanção presidencial. Quero saber se alguém aqui acredita que Michel Temer e Meirelles - esses dois golpistas que comandam o País - vão ter dó, vão ter pena do trabalhador e da trabalhadora e vão vetar algum artigo que prejudique o povo.

Nenhum artigo será vetado. O que eles farão é exatamente garantir que os empresários possam, em condições legais, explorar os trabalhadores mais do que já os exploram.

Metade do povo brasileiro não tem carteira registrada. O Governo proibiu que fosse divulgada a lista de empresas acusadas de trabalho escravo. É isso que fazem neste País: extinguem o direito dos trabalhadores. (*Manifestação nas galerias: Não, não, não à terceirização!*)